

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.408 - MG (2019/0043847-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : IGOR FONSECA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por IGOR FONSECA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.125545-6/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 12/3/2018 pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006. Na audiência de custódia, realizada em 14/3/2018, o Juízo homologou o flagrante e deferiu a liberdade provisória, mediante a aplicação das medidas cautelares alternativas de compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga e monitoração eletrônica.

Todavia, em 24/7/2018, o Magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente, ante o reiterado descumprimento das restrições impostas (fls. 90/91).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

EMENTA: EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - DESCUMPRIMENTO DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA REITERADAS VEZES - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NOS TERMOS LEGAIS - DESNECESSIDADE DE OITIVA PRÉVIA PARA JUSTIFICAÇÃO - DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA - INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES MAIS BRANDAS - IRRELEVÂNCIA DE SUPOSTAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO - ORDEM DENEGADA.

A decisão que revogou a liberdade do paciente está devidamente motivada, haja vista o descumprimento reiterado da medida cautelar de monitoramento eletrônico, conforme art. 282, § 4º, do CPP. Nos termos do mesmo dispositivo, a prisão preventiva pode ser decretada de ofício ou a requerimento ao magistrado, desnecessária a oitiva anterior do acautelado para fins de justificação (fls. 108).

No presente recurso, alega, inicialmente, a violação do princípio da ampla defesa, tendo em vista que não realizada audiência de justificação antes da decretação da prisão preventiva.

Sustenta que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Pondera a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera a desproporcionalidade da prisão preventiva, especialmente diante da possibilidade da fixação de regime prisional mais brando em caso de eventual condenação.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares .

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau informações acerca da situação processual e prisional do recorrente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

